

Olhos bem fechados

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Nenhum dos integrantes da Assembleia Constituinte de 1988 percebeu, intuiu ou anteviu as mudanças que estavam ocorrendo dentro da União Soviética naquela época. O Exército Vermelho havia sido obrigado a fazer uma retirada meio vexaminosa do Afeganistão, mas ninguém neste canto de mundo percebeu a extensão daquela derrota. Na verdade, o colosso comunista estava se esfaleando. Experimentava um processo acelerado de desagregação. Um ano depois o Muro de Berlim caiu, tempos depois a União Soviética deixou de existir. Saiu da vida e entrou para a história.

O movimento ocorrido no norte da Europa mudou a política internacional. A guerra fria perdeu o sentido, porque um dos contendores passou a se preocupar com problemas políticos internos. A corrupção envolveu o que restou do antigo império. Militares e traficantes de armas fizeram fortuna vendendo equipamentos bélicos extremamente avançados. Os países vizinhos avançaram sobre o butim e liquidaram o assunto rapidamente. Dentro da Rússia os capitalistas amigos do poder conseguiram dominar e manter as principais empresas, que eram estatais. São os agora chamados de oligarcas russos. Ocorreu um processo de privatização dirigida.

O mundo mudou. A globalização que era um objetivo se tornou realidade. É difícil entender o processo histórico quando a pessoa é protagonista da história. A vitória de Barack Obama nos Estados Unidos, o primeiro presidente negro da nação norte-americana, abriu novas e melhores perspectivas para os movimentos liberais naquele país. Obama cumpriu dois mandatos corretos, caminhou um pouco mais para a esquerda, dentro dos padrões aceitáveis naquela sociedade. Porém, agora, é possível perceber: a eleição de um negro resultou na aglutinação dos supremacistas brancos. A eleição de Donald Trump veio a seguir e suas consequências são percebidas no Brasil e no mundo ocidental.

A superdireita, um tipo de fascismo renovado, muito agressivo, que não admite nenhum tipo de acordo ou negociação, é impositiva e trabalha no ataque todo o tempo. O objetivo é destruir o oponente. As consequências sempre vêm depois e quando chegam ao presidente Bolsonaro, ele não hesita em recuar, tergiversar, criar factoides e atribuir responsabilidades a terceiros. Essa tendência de atacar o adversário e cultuar o líder é tão forte que bolsonaristas não se preocupam em promover eventuais acertos do governo. As áreas em que o atual governo tem o que mostrar estão soterradas pelas toneladas de material crítico aos adversários.

O problema não é exclusivamente brasileiro. Mas, nas vésperas da eleição presidencial, os brasileiros têm assistido à guisa de debate político-eleitoral um desfilar de vaidades, acusações vazias, problemas delirantes, acordos feitos e desfeitos e nenhum projeto de política pública. O presidente Bolsonaro nunca falou sobre seu projeto de governo. Não disse antes, não vai dizer agora. Ele é candidato dele mesmo, dos filhos, das fake news. Foge de qualquer definição maior de projeto, planos ou simples indicações de caminho para áreas fundamentais como saúde, educação e infraestrutura. Ele se satisfaz com o bate-boca



com os ministros do Supremo Tribunal Federal, que até, agora, só conseguiu irritar os integrantes desse círculo de acusações recíprocas.

A invasão da Ucrânia pela Rússia é um evento capaz de abalar as estruturas do comércio mundial. E do modelo de negócio brasileiro. Há uma chance real de os produtores brasileiros aumentarem a produção de milho, trigo, soja e carnes para fornecer a nações que não mais receberão produtos dos países litigantes. A indústria brasileira também poderá fornecer peças e know-how para as nações em conflito. Além disso, os consumidores de petróleo já solicitaram ao Brasil que aumente sua produção. Enfim, há uma nova ordem internacional. As novas diretrizes não vão se estabelecer por geração espontânea. Os líderes deverão perceber o novo tempo e facilitar a transição.

A globalização sofreu um grave abalo. As linhas de produção e abastecimento foram interrompidas pela pandemia e pela guerra. Já não funcionam de maneira confiável. O conceito de estoque zero com peças e equipamentos chegando em ondas sucessivas originários de países da Ásia perderam eficiência. Os carregamentos estão atrasados. Os navios não conseguem fazer as entregas, os portos estão congestionados. Os empresários serão levados a produzir no local para vender seu equipamento completo com preço e prazo certos. Ou seja, alguma coisa parecida com substituição de importações vai retornar à pauta industrial. Contudo, no Brasil, os candidatos de esquerda, direita ou mesmo os da chamada terceira via não dão a menor atenção para os assuntos que preocupam investidores em todo planeta.

A política de preços dos combustíveis

» DEYVID BACELAR
Coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Diante da explosão dos preços dos combustíveis, com impactos perversos sobre a inflação e o custo de vida da população, a pergunta que exige resposta urgente do governo Bolsonaro é: Por que, sendo o Brasil um grande produtor de petróleo, autossuficiente e com produção de grande parte dos derivados que consome internamente, não abandona ou reduz o peso da política de Preço de Paridade de Importação (PPI)?

O PPI, adotado em outubro de 2016 por Michel Temer e mantido por Jair Bolsonaro, reajusta os preços internos dos combustíveis com base na variação do petróleo no mercado internacional, flutuação do câmbio e custos de importação. Ou seja, o Brasil produz petróleo, com custos em real e com alta produtividade nos campos do pré-sal, mas o PPI faz com que o brasileiro, pague preços dolarizados na compra de derivados de petróleo, como gasolina, diesel e gás de cozinha, cujo botijão de 13 quilos já supera R\$ 120 em várias regiões do país.

Economistas do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (Ineep) e de outras instituições de pesquisa são unânimes em apontar alternativas ao PPI, que reflitam custos internos de produção e adequadas a países grandes produtores e autossuficientes em petróleo, como o Brasil.

Mas, então, por que o governo não muda ou abandona o PPI? Simplesmente, porque Bolsonaro não quer e, ao reclamar dos reajustes promovidos pela gestão da Petrobras, finge não ter responsabilidade pelo preço dos combustíveis. A União é a acionista controladora da Petrobras e, se o presidente da República quisesse, poderia mudar a política de preço. Mas prefere buscar bodes expiatórios, trocando presidente e conselheiros de administração da Petrobras e o ministro de Minas e Energia. O PPI não é lei — é decisão do Executivo.

Na Lei 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo, não há nenhuma referência à utilização do PPI. Tentar defender a manutenção do PPI como um instrumento obrigatório por lei é inventar uma vinculação que não está em nenhuma legislação brasileira da indústria de óleo e gás. A questão central é que Bolsonaro não quer briga com o mercado, com os acionistas privados, que, com o atual modelo, têm a garantia de dividendos espetaculares. A Petrobras distribuiu dividendos recorde de R\$ 101,4 bilhões em 2021, 95% do lucro obtido e muito abaixo dos investimentos realizados pela companhia. No primeiro trimestre de 2022 foram mais R\$ 48,5 bilhões em dividendos.

O foco da gestão da Petrobras, no atual governo, é geração de caixa, resultante da venda dos combustíveis a valores de PPI, altos lucros e dividendos para acionistas, numa política de transferência de riqueza dos mais pobres para os mais ricos, um verdadeiro Robin Hood às avessas. Mais de 45% são investidores estrangeiros, com ações da Petrobras nas Bolsas de São Paulo e de Nova Iorque.

Na ponta mais frágil dessa equação está o trabalhador brasileiro que, há três anos, não tem reajuste real do salário mínimo, sendo vítima do processo de empobrecimento acelerado pela disparada da inflação, dos juros e do desemprego, todos de dois dígitos. No governo Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e 10 de maio de 2022 — quando entrou em vigor mais um reajuste do diesel, de 8,8% —, a gasolina, nas refinarias, subiu 155,8%, o diesel, 165,6%, e o GLP 119,1%, com impactos nefastos sobre a sociedade e os vários setores da economia. Além da adoção do PPI, a gestão da Petrobras reduziu o fator de utilização das suas refinarias, não concluiu as obras paradas no Comperj (RJ) e no trem dois da Refinaria Abreu e Lima (PE) e abriu espaço para atuação de importadores, em detrimento da produção nacional. Esse processo está em linha com a venda de ativos, a preço de liquidação, e criação de monopólios privados no refino.

O discurso oficial de que a privatização seria essencial para ampliar a concorrência no mercado interno foi contrariado logo após a venda, no final do ano passado, da refinaria baiana Landulpho Alves (Rlam) e seus ativos logísticos associados, ao fundo árabe Mubadala. Depois de três meses da privatização da Rlam, rebatizada de Refinaria de Mataripe, a Bahia se tornou o estado brasileiro com o combustível mais caro do Brasil, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo.

A mesma refinaria, até hoje está sem fornecer óleo bunker a navios por meio do Terminal Madre de Deus, principal ponto de escoamento da produção, por priorizar a sua exportação. Enquanto Bolsonaro busca culpados, a realidade se impõe ao apontar na alta da inflação e no baixo crescimento da economia marcas severas da política de preços dos combustíveis mantida por ele.

Quem vai quebrar primeiro?

» MARCELO COUTINHO
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Como estamos cansados de saber, a história do capitalismo é repleta de crises. A última crise global foi em 2008, talvez a única que mereça usar mesmo esse nome, pois pegou a globalização já bastante adiantada. De lá para cá, outras crises menores aconteceram. A pandemia gerou um crash nas Bolsas de Valores do mundo todo em 2020, como também não se via havia muito tempo, mas foi um choque exógeno, isto é, não teve nada a ver com algum problema inerente ao sistema financeiro. Desde então, o mercado financeiro global cresceu enormemente, com uma política de afrouxamento monetário chamada de quantitative easing (QE).

Para impedir uma depressão econômica com os lockdowns, os bancos centrais emitiram muita moeda e aumentaram as compras de ativos financeiros, sobretudo, títulos do Tesouro e hipotecários. Isso, atrelado a uma desorganização nas cadeias de produção, provocou uma grande pressão inflacionária no mundo. Ou seja, a conta do afrouxamento monetário chegou agora pesada, e o Banco Central americano se viu obrigado a aumentar o juro básico da economia e a promover o chamado tapering, que é a reversão do QE. Como resultado, o mercado de crédito começa a ser estrangulado.

Juros mais altos, crédito mais difícil. E, com financiamento mais caro, as grandes empresas e os fundos de investimento sofrem, além, é claro, da própria condição fiscal dos países endividados evoluir para situações bem problemáticas como o calote. Ainda não se chegou a um ponto limite nesse processo creditício. Pode levar meses para que haja de fato um risco sistêmico. Mas não há dúvida de que o fim do QE aumenta muito a probabilidade de recessão e de crash das Bolsas em algum

momento. Já está em andamento uma gradativa erosão dos ativos financeiros. De praticamente todos, o que significa que toda a falsa riqueza criada pelo QE agora sofre uma destruição de valor.

O Brasil começou o seu aumento de juros antes do mundo todo. Já está no final desse movimento, enquanto outros apenas começam. Mas isso não quer dizer que o país já superou o risco sistêmico. Qualquer instabilidade maior no sistema financeiro global vai jogar o Brasil também no chão. Há o complicador da Guerra na Ucrânia. No entanto, o maior problema vem da China. A grande potência asiática foi a locomotiva do mundo nas duas últimas décadas. Isso mudou. O dragão mandarim perdeu o caminho do crescimento, e não foi por causa apenas da pandemia. A economia chinesa sofre uma grave desestruturação do seu setor imobiliário, responsável pela maior parte do crescimento.

A acentuada desaceleração da China também pode gerar uma recessão global ou mesmo uma ruptura nas Bolsas internacionais. Até aqui, o problema chinês vem sendo compensado pelo forte crescimento da economia americana desde o ano passado. Os EUA voltaram a ser a força propulsora do mundo. Pela primeira vez, em muitas décadas, a economia americana pode inclusive crescer mais que a chinesa em 2022. As exportações dos EUA caíram muito no primeiro trimestre, provocando uma queda momentânea do PIB, em grande medida porque a China parou de importar como antes. Por sua vez, a China exportou bastante no mesmo trimestre porque os EUA estão comprando muito, com uma economia doméstica a todo o vapor.

O Brasil não cresce há tempos. Desde a pior recessão da sua história entre 2014 e 2016, o país nunca mais se recuperou. O grande capital

internacional até gostaria de investir na economia brasileira, mas a instabilidade política e o risco de rupturas democráticas aqui afugentam os investidores de longo prazo. Sim, a nossa democracia está muito frágil. Só vêm, então, para o Brasil o investimento especulativo de curto prazo, aproveitando o carregamento da nossa taxa real de juros, a maior do planeta. O iminente fim da alta no ciclo das commodities acrescenta mais uma variável muito preocupante para nós que somos altamente dependentes da China. Houve um tempo em que se pensou que os Brics substituíram os EUA na nova ordem internacional. Mas a verdade é que a China parou de crescer, a Rússia retrocede duas décadas e o Brasil, que poderia ser uma boa alternativa, simplesmente sofre autossabotagem, como também a Índia.

Quem vai quebrar primeiro? Isso ninguém sabe. Mesmo os EUA que estão muito bem agora, com o dólar fortalecido, e voltaram a sustentar praticamente sozinhos o crescimento do mundo hoje, podem derrapar feio pelo caminho, pois estão adiando um encontro marcado com um ajuste monetário mais incisivo, alimentando, assim, uma bola de neve financeira insustentável. O mesmo pode ser dito sobre a Europa e o Japão, precursor do QE, e ainda muito mais radical. Embora não possamos dizer quem vai quebrar primeiro, é possível afirmar que seja lá quem for, vai jogar o mundo todo num abismo terrível em comum. Não há nada na história da economia como a que estamos vivendo agora. Um reset global (ou um novo Plaza Accord) pode não ser desejável, mas inevitável. São muitos os fios desencapados, e qualquer um deles pode detonar a bomba de destruição em massa das economias na era da globalização.